

AVALIAÇÃO TRANSVERSAL DO PERFIL DE INDIVÍDUOS PORTADORES DE NÍVEL SUPERIOR PRATICANTES DE AUTOMEDICAÇÃO

MARIA FERNANDA PINHEIRO¹, RENATA NUNES DA SILVA², JANAINA BARDUÇO GARCIA³, FRANCISCO SANDRO MENEZES RODRIGUES⁴, JOÃO VICTOR FORNARI⁵, ANDERSON SENA BARNABÉ⁶, RENATO RIBEIRO NOGUEIRA FERRAZ⁷, RODRIGO HELENE⁸, LEANDRO SIMÕES ABRAO⁸, DEMÉTRIUS PAIVA ARÇARI⁹.

¹ Fisioterapeuta formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)-SP.

² Licenciada em Ciências Biológicas – Licenciatura Plena pela Universidade de Taubaté. Especialista em Biologia Celular e Histologia Geral pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Mestre em Patologia pela Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB/UNESP

³ Graduada em Odontologia pela Universidade Metodista de São Paulo, Especialista em Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial pela APCD, Especialista em Radiologia Dento-Maxilo-Facial pela APCD.

⁴ Farmacêutico e Bioquímico pela UNIBAN. Mestre em Farmacologia pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Professor da UNIBAN.

⁵ Enfermeiro pela Universidade São Francisco. Nutricionista pela Fundação Municipal de Ensino Superior. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade São Francisco. Doutor em Farmacologia pela UNIFESP. Professor da Diretoria de Saúde da Universidade Nove de Julho - UNINOVE

⁶ Biólogo pela Universidade São Camilo. Mestre e Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Professor da Diretoria de Saúde - UNINOVE.

⁷ Biólogo pela Universidade do Grande ABC – UNIABC. Mestre e Doutor em Nefrologia pela UNIFESP. Professor da Diretoria de Saúde – UNINOVE.

⁸ Graduando em Medicina pela Centro Universitário Lusíada – UNILUS

⁹ Biólogo, Mestre em Nutrição e Saúde Pública pela USP-SP, Doutor em Genética e Biologia Molecular pela UNICAMP. Docente do Centro Universitário Amparense – UNIFIA. Professor da Diretoria da Saúde - UNINOVE

RESUMO

INTRODUÇÃO: Automedicação é a prática de ingerir medicamentos sem prescrição, podendo gerar riscos à saúde. Espera-se que indivíduos com menor escolaridade sejam os que mais se automediquem, embora estudos com indivíduos graduados sejam escassos. **OBJETIVO:** Verificar a prevalência da automedicação entre indivíduos com nível superior completo. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo prospectivo no qual indivíduos com formação escolar superior responderam a um questionário sobre automedicação. **RESULTADOS:** Observou-se que 85% dos indivíduos estudados se automedicavam. O medicamento mais utilizado foi o analgésico, tendo a dor de cabeça como o motivo mais comum para automedicação. **CONCLUSÃO:** A automedicação entre indivíduos com formação superior é amplamente praticada, justificando a reformulação das campanhas sobre os malefícios deste ato, que devem buscar atingir indivíduos de todos os níveis de escolaridade.

Palavras-chave: automedicação, prevalência, indivíduos com curso superior.

ABSTRACT

INTRODUCTION: Self-medication is the practice of ingesting drugs without prescription, and may cause health risks. It is expected that individuals with less education are the ones that self-medicate, although studies with graduate individuals are scarce. **AIM:** To assess the prevalence of self-medication among graduate individuals. **METHOD:** This is a prospective study in which 100 graduate individuals completed a questionnaire about self-medication. **RESULTS:** We found that 85% of the subjects self-medicated. The drug of choice was the analgesic with, with headache as the most common reason for self-medication. **CONCLUSION:** Self-medication among individuals with higher education is widespread, justifying the reformulation of the campaigns about the harm of this act.

Keywords: self-medication prevalence, individuals with higher education.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2005, definiu automedicação como a prática de ingerir substâncias de ação medicamentosa sem o aconselhamento e/ou acompanhamento de um profissional de saúde qualificado¹. É caracterizada pelo uso de medicamentos que se mostraram previamente eficazes ou por indicação de amigos, familiares ou balconistas de farmácias^{1,2}.

Existem várias maneiras de praticar a automedicação, como adquirir medicamentos sem receita, compartilhar medicamento com outros membros da família ou círculo social, utilizar sobras de prescrições, reutilizar receitas antigas e

ou interrompendo precocemente o tempo de medicação indicado na receita ou ainda, alterando a dosagem³.

Atualmente, a existência dos medicamentos de prateleira contribui para o hábito da automedicação. Estes são medicamentos isentos de receita médica ou sem tarja, indicados para tratar pequenos males do dia-a-dia por um curto período de tempo (três dias). Estes facilitam a automedicação pelo fácil acesso e pelo *marketing* da mídia. O uso estendido, assim como outros fatos passíveis de automedicação, apresentam riscos como o comprometimento de tratamentos posteriores mais adequados, erros e/ou dificuldade de diagnóstico, mascaramento de doenças graves, utilização de dosagem insuficiente ou excessiva, efeitos indesejados ou

reações alérgicas, além de interações medicamentosas^{1,4}.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma), por ano, cerca de 20 mil pessoas morrem vítimas da automedicação. Entretanto, de forma intrigante, certo nível de automedicação é aceitável, desde que responsável, evitando assim o colapso do sistema público de saúde, uma vez que seria sócio-economicamente inviável o atendimento médico para toda população^{1,2}.

A relação entre grau de escolaridade e automedicação varia desde a ausência de relação até a clara associação entre os fatores². Normalmente, imagina-se que os menos

usuários de medicamentos não prescritos, mas essa idéia ocorre pela escassez de pesquisas com indivíduos portadores de diploma de curso superior, já que a maioria dos estudos é realizada com a população de nível socioeconômico e grau de escolaridade mais baixo.

Com base nesta premissa e considerando os riscos elevados da medicação sem prescrição médica, se faz necessário quantificar a automedicação entre portadores de diploma de curso superior, buscando traçar o perfil destes indivíduos, o que poderia fornecer informações para a criação e/ou reformulação das campanhas contra a automedicação visando atingir também esta parcela da população.

OBJETIVO

Quantificar a prevalência de automedicação entre indivíduos com nível superior completo.

MÉTODO

Trata-se de um estudo prospectivo, observacional e quantitativo, realizado no mês de agosto de 2010. A amostra populacional deste estudo foi composta por 100 estudantes de pós-graduação nível *Latu senso* (Especialização) de uma Universidade privada da cidade de São Paulo - SP, evidentemente portadores de diploma de nível superior, maiores de idade, e que se disponibilizaram a participar do estudo através da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Nenhum critério de exclusão

instrumento de coleta de dados foi constituído por um questionário com perguntas fechadas que buscavam identificar, sem qualquer participação dos pesquisadores, se o indivíduo realizava automedicação e, em caso de resposta positiva, que grupos de medicamentos eram comumente utilizados pelos entrevistados e em quais situações (possíveis indicações) esta automedicação era praticada. Aos entrevistados foi permitido um tempo máximo de 10 minutos para responder ao referido questionário. Para melhor descrever a amostra estudada, informações como sexo, etnia, idade e área de formação/profissão também foram coletados. As variáveis sexo, etnia, área de atuação e as respostas às questões específicas sobre automedicação foram expressas pelos seus

valores inteiros e percentuais relativos à amostra, sem a aplicação de testes estatísticos. A variável idade foi apresentada pelos seus valores médios \pm desvio-padrão. Nenhuma informação que pudesse identificar a instituição onde o trabalho foi conduzido ou os participantes da pesquisa foi divulgada. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade onde foi realizado por estar de acordo com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

A amostra observada (n=100) constituiu-se de 75 indivíduos do sexo feminino (75% da amostra) e

amostra), sendo 95% (n=95) dos indivíduos de etnia branca com média de idade de $26,3 \pm 8$ anos. Quanto à área de formação superior, 30% eram da área da saúde (n=30), 10% de exatas (n=10) e 60% de humanas (n=60).

Dentre os indivíduos entrevistados, 85% (n=85) se automedicam. Destes, 29% (n=24) pertenciam à área da saúde, 12% (n=10) de exatas e 59% (n=66) humanas. Já dentro de cada categoria, 83% dos indivíduos da área de saúde (n=20) e humanas (n=54) se automedicam, enquanto na área de exatas foram 100% (n=10).

Quanto ao sexo, 80% (n=60) das mulheres se automedicam e 100% (n=25) dos homens utilizam essa prática, sendo essa automedicação masculina iniciada pela presença de cefaléia e mialgia, ambas com 80% (n=20).

Com relação aos medicamentos mais utilizados foram citados os analgésicos, antiinflamatórios, antigripais, antiespasmódicos, antieméticos e antiácidos. Os analgésicos foram os medicamentos mais utilizados, sendo citados por 94% da amostra (n=94). O uso de antigripais foi citado por 53% dos entrevistados (n=53).

Quanto aos motivos da automedicação, os principais citados foram cefaléia (82%, n=82), dor muscular (35%, n=35), gripe (53%, n=53), cólica menstrual (58%, n=58), enjôo (17%, n=17), azia/gastrite (23%, n=23), dor de garganta (23%, n=23), dor de dente (6%, n=6) e febre (6%, n=6), podendo os entrevistados terem citado um ou mais motivos descritos.

DISCUSSÃO

No Brasil, estudos sobre prevalência e fatores associados à automedicação são escassos e, quando existentes, apresentam dados conflitantes. A prevalência varia de 42,1% a 96,6% e estas diferenças podem ser devido às diversas metodologias utilizadas². Apesar destas controvérsias, parece existir uma prevalência de automedicação por parte das mulheres^{2,5,6}. A própria OMS tem como dado oficial que a automedicação é prevalente em mulheres de 16 a 45 anos. Acredita-se que este dado ocorra devido ao maior contato que as mulheres têm com os sistemas de saúde³. Um único estudo analisado, mostrou maior prevalência em homens (52,5%)³. O fato encontrado em nosso estudo, com relação aos analgésicos serem os medicamentos mais

utilizados na automedicação, é comum tanto no Brasil como em outros países, e correspondem a mais de 47% dos medicamentos utilizados^{2,3}.

O uso prolongado de analgésicos, principalmente em altas doses, pode induzir a ocorrência de dores de cabeça, que são geralmente a causa de seu uso. Sua ingestão habitual, em longo prazo, também pode levar ao comprometimento da função renal. Já o uso de anti-inflamatórios pode, em longo prazo, causar úlceras gástricas, enquanto o antigripal pode alterar os reflexos⁵.

A dor de cabeça é apontada como o principal motivo de automedicação, sendo indicada por cerca de 1/3 dos entrevistados como causa para a utilização de medicamentos sem prescrição. Esse

maior causa de dor de cabeça na população é o estresse da vida cotidiana, o que pode levar ao uso irracional e perigoso de medicação para o alívio dos sintomas, e não da causa².

Os indivíduos da amostra estudada relataram que se automedicam pelo simples surgimento de uma dor leve, o que pode induzir o uso desmedido de medicamentos que, talvez, nem fossem necessários⁶.

A literatura apresenta dados interessantes no estudo da relação do grau de escolaridade com a automedicação. Ao contrário do que se pode imaginar, a maior prevalência do uso de medicamentos não prescritos se dá nos indivíduos com maior escolaridade. A informação, que teoricamente deveria diminuir a automedicação, na prática, eleva esse número. Isso porque

indivíduos com ensino superior completo têm maior contato com o sistema de saúde privado e/ou maior envolvimento nas decisões terapêuticas prévias, o que os torna capazes de sentirem-se seguros para se automedicar. Um grau de envolvimento elevado nessas decisões pressupõe maior e melhor informação e, portanto, maior probabilidade de utilização adequada dos medicamentos⁴. Os dados colhidos em nosso trabalho confirmam essa hipótese. O acúmulo de conhecimento quer seja adquirido na escola (maior escolaridade), quer seja ao longo da vida (maior idade), torna o indivíduo mais confiante para a automedicação².

Em estudo realizado numa cidade mineira com

de medicamentos não prescritos. Destes, 44% tinham entre 4 a 7 anos de escolaridade e 36,3% mais de 8 anos de escolaridade³.

Outra pesquisa com 288 pessoas revelou média de 6,43 anos de estudo entre a população que se automedicava, sendo que 66,1% nunca recebeu educação formal em escola. Nessa mesma pesquisa 87,9% dos indivíduos que se automedicavam obtinham mais de 12 anos de escolaridade, sendo que apenas 14,4% dos indivíduos apresentavam ensino superior².

Penna (2004) verificaram a automedicação entre estudantes universitários. Dos 139 alunos participantes do estudo, 92% dos alunos da área de exatas afirmaram ingerir medicamento sem orientação médica, enquanto que na área da saúde foram 80,43% e na de humanas 73,53%. Esses

dados contrastaram com os encontrados em nossa pesquisa, na qual prevaleceu a automedicação em profissionais da área de humanas (60%). Entretanto, se analisarmos dentro de cada categoria, 100% dos indivíduos de exatas de nossa pesquisa se automedicavam, enquanto 83,33% das áreas de saúde e humanas utilizam medicamentos sem prescrição. As variáveis avaliadas por regressão não apresentaram relações significantes ou clinicamente relevantes com o evento automedicação.

CONCLUSÃO

A automedicação observada neste estudo relacionou-se à resolução de problemas de saúde

que a automedicação pode ser utilizada como atenção informal à saúde, como já acontece em países desenvolvidos, afirmando que esta prática evita o colapso do sistema de saúde, além de diminuir seus gastos. Entretanto, o uso desregrado da automedicação pode tornar-se algo perigoso, visto que alguns pequenos e cotidianos sintomas podem mascarar uma doença grave. A automedicação é praticada em larga escala não só por indivíduos pouco esclarecidos, mas também por pessoal de nível superior. Todavia, os medicamentos utilizados, embora possam ser prejudiciais quando utilizados em grandes quantidade ou por tempos prolongados possuem, na sua maioria, permissão de comercialização sem prescrição médica.

Sendo assim, deve haver um controle sobre a utilização maciça de medicamentos. Para tanto, torna-se necessária a formulação de campanhas de esclarecimento sobre os malefícios da automedicação voltadas não só para o público menos esclarecido, mas também direcionadas ao público portador de curso superior.

REFERÊNCIAS

- Arrais PSD. Perfil da automedicação no Brasil. Revista de Saúde Pública. 1997; 1(31):71-77
- Castro HC. Automedicação: entendemos o risco? Infarma. 2006; 10(18):17-20
- Loyola Filho AI. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. Revista de Saúde Pública. 2002; 1(36):55-62.
- Maria VAJ. Automedicação, Custos e Saúde. Revista Portuguesa Clínica Geral. 2000; 16:11-14
- Penna AB. Análise da Prática da automedicação em universitários do Campus Magnus-Unipac-Barbacena, MG. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte, 2004.
- Vilarinho JF. Perfil da automedicação em um município do Sul do Brasil. Revista de Saúde Pública. 1998; 1(32):43-49